



COLÓQUIO/Letras

ISSN: 0010-1451 - Página principal / Homepage: <https://coloquio.gulbenkian.pt>

Alberto Caeiro, o Mestre, ou a sombra do pai (Pura elocubração)

Eduardo Lourenço

Para citar este documento / To cite this document:

Eduardo Lourenço, "Alberto Caeiro, o Mestre, ou a sombra do pai (Pura elocubração)", *Colóquio/Letras*, n.º 171, Maio 2009, p. 335-339.

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Alberto Caeiro, o Mestre ou a sombra do pai

Pura elocubração

NA MÍTICA e realíssima mala sempre adiada do Álvaro de Campos Pessoa, existem cuidadosamente guardados vários cadernos que não mereceram atenção nenhuma aos seus múltiplos visitantes. Não são de Fernando Pessoa. Pertenceram a seu pai, Joaquim Pessoa, desaparecido sem bagagens do horizonte do seu filho, tal como se sabe depois do seu primeiro e único biógrafo, que o inscreveu e bem nas saias da sua mãe. Esses cadernos-livros contêm as críticas musicais de Joaquim Pessoa. Tê-las conservado junto dele toda a vida, «amorosamente», como diz Gaspar Simões em relação à correspondência com a mãe, parece sinal equívoco de uma «piedade filial» que nunca terá faltado a quem, só em sonho literário, era «imparcial como a neve». Mas nada mais se poderia induzir deste «gesto», duas vezes raro, como são raros todos aqueles através dos quais a biografia arquetipa de Pessoa se inventa, ou nós a inventamos?

Na sua biografia imaginária, como o são todas (e o engano de Gaspar Simões será, sobretudo, o de não o admitir), o papel do Pai não foi esquecido. Pode mesmo dizer-se que a intuição do biógrafo anteviu — aqui como no resto, mesmo quando mais tarde se desmentirá — *o essencial* — mas ao de leve, como de passagem, numa perspectiva de mera «psicologia» empírica. Para Gaspar Simões e para toda a gente depois dele, Fernando Pessoa será *o menino da sua mãe*, título do segundo capítulo da sua biografia. A relação com a Mãe, talvez por analogia com o caso de Baudelaire tratado por François Porché, como se escreveu, talvez por motivos que pertençam à própria vida do biógrafo e crítico, assumirá, praticamente só, o papel esmagador de explicar o singular (realmente?) comportamento humano e poético de Pessoa. Que essa relação — perturbada como o foi, e mesmo que o não tivesse sido — é capital, até sem Freud, mas não da mesma maneira, se poderia adivinhar. O lado narcisista, explorado e expresso sob as duas faces opostas, a do medo pânico do amor e o das compensações (imaginárias), tal como a «Ode Marítima» as não esconde,

tudo isso se pode relacionar com o *excesso de mãe* (por denegação da negação) na vida do homem Fernando Pessoa. O poeta, à sua maneira inimitável, sorriu com as «elucubrações» freudianas do seu futuro biógrafo. No detalhe ou na forma, poder-se-lhe-á dar razão, mas não estava em seu poder subtrair-se a cenários de que não podia, por definição, ser autor. Como toda a gente, mas a seu modo, que é o que afinal importa, Pessoa foi «o menino da sua mãe», tal como Gaspar Simões o entendeu ou desentendeu. Mas porque teria sido menos decisivo o não ter sido *o filho de seu pai*, à maneira como o foi de sua mãe?

Também essa «ausência de Pai» não escapou a Gaspar Simões. Parece certeira a mão que pôs nessa ferida original, interpretando-a como fonte daquele regresso a um mundo unido, ainda sem conflito e morte, que tão lancinantes ecos deixou nos poemas de Pessoa, particularmente em Campos. Pela nossa parte, inclinar-nos-íamos a atribuir a essa «ausência» um papel ainda mais positivo. Essa «ausência» não foi vivida como «pura ausência», pois Pessoa tinha cinco anos quando seu pai morreu. Por conseguinte não podia constituir um foco de processos compensatórios apenas imaginários. A Pessoa morrera-lhe *alguém* e não um fantasma. A sua ausência de pai foi uma vivência *concreta*. Em termos freudianos, a criança Pessoa não foi radicalmente frustrada do seu super-Ego. A imagem paternal não foi puro *vazio* a preencher sem fim por uma actividade imaginária, por essência, inconclusiva. Foi uma *realidade* que se tornou a dado momento sem dúvida capital, uma *ausência* ou se se preferir, *uma realidade ausente*. Simplesmente, na nossa vida, tal como na natureza clássica, não há realmente «vazio». A *ausência* de pai, não puramente imaginária, pede uma compensação «presente». Pessoa será o seu próprio «pai ausente» e dessa assumpção mágica da paternidade fingida fabricará os múltiplos avatares de si mesmo, sem poder jamais (*et pour cause*) reconstituir «realmente» a Ausência concreta que os suscitou. É pena que o conhecimento da correspondência de Pessoa com sua Mãe não permita julgar com algum fundamento a hipótese célebre de Gaspar Simões que atribui à «traição» materna (segundo casamento) a insularidade anímica do Poeta, frustrado de uma vez por todas do sentimento positivo da realidade representado pelo amor da Mãe. Uma coisa é certa: do amor paterno não foi frustrado. Só pode imaginar-se — como a guarda religiosa dos seus artigos o mostra — que o mitificou mais do que é comum e normal. Sendo assim, como não imaginar igualmente que a *imagem* do Pai — e de um Pai subtraído por definição à «presença real» e à possibilidade de toda a decepção — não tenha encontrado na «criação» de Pessoa uma expressão digna do seu papel mítico?

Já o dissemos: Gaspar Simões supõe e a nosso ver, muito bem, que «o Pai» representa no universo imaginário de Pessoa a região intacta, o «outrora» impensavelmente feliz e poder-se-ia acrescentar de uma maneira geral, todos os «algures», todas as «ilhas dos mares do sul» onde o habitante

exilado da felicidade reconstrói em arte esse tempo em que «ninguém tinha morrido». Não é nosso propósito insistir no que pode representar — e acaso representou — esta dupla estrutura de situação afectiva e anímica de Pessoa de hipertrofia da imagem do Pai e de ambiguidade da imagem da Mãe. Da fascinação-repulsão da imagem maternal está tecido todo o erotismo pessoano. Da hipertrofia da imagem do Pai é difícil encontrar uma expressão mais genial que a do VIII Poema do Guardador de Rebanhos. No poema célebre Pessoa cumpre duas operações: releva Deus da sua Paternidade mítica, toma o seu lugar e *cria* esse Jesus Cristo criança, *seu filho* que no fim do poema se volta seu *pai*. É sob a «máscara» de Alberto Caeiro que Pessoa se investe desse poder paternal que ao fim e ao cabo nada mais exprime que a sua realidade de «eterna criança», de eterno «menino de seu pai».

Figura do seu «drama em gente», Alberto Caeiro, como de resto todos os heterónimos, nada mais é que *a sua função*, mas Pessoa teve o cuidado de nos prevenir que essa função não era análoga às outras, mas *excepcional* e por isso lhe chamou *Mestre*. Deste «mestrado» que só partilha com Cesário no seu universo estético, são visíveis as razões *formais*, por demais expressas na referência ao poeta do «Sentimento dum Ocidental». Também não são difíceis de apreender as razões de *conteúdo* que podem valer a Alberto Caeiro o epíteto de Mestre. Claramente as enuncia Pessoa-Campos na famosa evocação do seu Mestre inesquecível: Caeiro é a mitificação, a concreção suprema da sua vontade e necessidade de *ser* e se sentir *invulnerável* como uma pedra ou uma flor, em suma, de escapar à sua condição *humana*, precívél e, por isso, essencialmente *inexistente*. Só como Alberto Caeiro, Pessoa é. (Podia dizer-se só como «Albertos Caeiros» cada um de nós é.) Alberto Caeiro é «o nada que é tudo», é a ficção suprema sem a qual o mínimo de Realidade nos escapa. A sua verdadeira essência é a do *homem sem morte* ou do homem que se subtrai a ela por uma aderência à natureza sem morte que é da pura e simples Natureza «que não tem dentro». A sua exacta imagem polar é a de Ricardo Reis que entra na «morte como em casa» e por essa naturalidade passiva visa o mesmo sonho que Caeiro, o da invulnerabilidade. Ricardo Reis glosa sem cessar «a verdade»: se a Morte é (e ela é) nada *existe*. Conformemo-nos com esta «inexistência» aceitando-a e fazendo dela um brasão, interiorizemos a nossa intrínseca e decisiva *mortalidade*, única maneira, embora inútil como o resto, de converter a *hora breve* no simulacro da interdita *eternidade*. Ricardo Reis é a mais triste e mais desistente das possibilidades existenciais que a heteronímia configura, o verdadeiro eco da ilusão anterior confundido com o encolher de ombros da mesma ilusão por Camilo Pessanha. É igualmente um mundo sem *encarnação* verdadeira e portanto sem *redenção*, mundo *anterior* (e também *posterior...*) ao Cristo, a esse Cristo de Pessoa, precisamente tão presente no horizonte de Caeiro, como na sua *semblanza*, segundo Álvaro de Campos. Em oposição

mítica a Ricardo Reis, Caeiro é *encarnação e redenção*, pastor, guardador de rebanhos como o Cristo, subtraído à morte por definição, *divino*, da divindade óbvia das flores, dos rios e das montanhas. É, não como sob a máscara do seu Fausto, um Cristo negro, mas um Cristo-anti-Cristo como então se desenhava na linha de Nietzsche ou no futuro de Lawrence, um Cristo pânico, ou um Pã-Cristo, já presente aliás na poesia de Pascoaes. A matriz estética e cultural de Caeiro tem pois um recorte suficientemente nítido para que seja útil insistir nele. Mas para Pessoa — como de resto para todos os criadores — a esfera estética e [a] cultural não são *substanciais*, mas simples horizontes onde se inscreve com maior ou menor felicidade a pura dificuldade existencial. Para lá do que é como realidade estética e cultural o que é Alberto Caeiro?

Biógrafos e críticos têm insistido, como se se tratasse de uma evidência e até de uma chave, no que eles chamam o *jogo* de Pessoa, dando de barato que eles, críticos e biógrafos, se movem noutro plano que o desse *jogo* pois o denunciam como tal. Naturalmente ocorreria perguntar como perdem tanto tempo e tiram tão reflexa celebridade da análise magistral de tal *jogo*, mas seria cruel «jogar» tal jogo com gente substancial e inamovivelmente séria. Pouca poesia é menos «lúdica» no sentido trivial que a de Fernando Pessoa, embora «o jogo», no sentido moderno e profundo do termo (o de Nietzsche) lhe seja intrínseco. Até se podia, com alguma razão, taxá-la de excesso de «seriedade», sendo também, nesse plano como no resto, bem filha da sensibilidade e mentalidade nacionais. Escreveu-se e bem (Luciana Stegagno Picchio¹) que a poesia de Pessoa é «obsessivamente repetitiva». Podia escrever-se também: obsessivamente séria e até (Fausto) *patologicamente séria*, o que reduz a zero a alusão que se deseja pejorativa ou crítica ao famoso «jogo» heteronímico. Não há tal «jogo», mas tão-só, como sentem os que lêem a *poesia* de Pessoa na perspectiva que lá está, «o drama em gente» tão bem nomeado por quem era sujeito e objecto dele. Ora nesse drama, com consciente e insistente relevo Pessoa assinala a *Caeiro* o papel essencial como se sabe. Que realidade (sua), além da formal e cultural já aludidas, se manifesta em e através *Caeiro* para que o seu criador (e por sua vez criado por ele) o nomeasse Mestre e lhe desse (enquanto Campos) as lágrimas reais que não dava a si mesmo nem à vida?

Renunciando *in limine* à absurda ideia do «jogo», heteronímico, a única e meia-aberta porta que nos fica para apreender a realidade-Caeiro (a modalidade que ela é, de Pessoa) consiste em tomar a *sério* o retrato e a biografia (imaginários... mas nada há «imaginário» pois tudo «diz» quem imagina) que do mesmo Caeiro nos apresenta Pessoa. Ou, para ser exacto, Álvaro de Campos, o que também não é sem importância. O «perfil» de Caeiro ou o perfil-Caeiro é desenhado a partir do Pessoa mais desorbitado, histerizado, patético e auto-destrutivo, Álvaro de Campos, o que significa que Pessoa põe entre si e Caeiro uma como que distância mitificante em segundo grau, ou sacralizante. Dessa

sacralização deixa a inteira responsabilidade a Campos ao mesmo tempo que por ela se outorga um grau superior de *liberdade*, essência equívoca de toda a função pseudónima ou heterónima. *D'émblée*, o Caeiro evocado é visado como *mito*, como personagem ideal, com ideal e hagiográfica biografia, o que não sucede para Campos e Reis. Além do mais, Caeiro beneficia do halo de respeito e de nostalgia que os mortos (habitualmente) suscitam. Assim, na evocação de Campos, Caeiro está fora de alcance, ausente definitivo, como o seu próprio Pai. Ausente mas presente em grau extremo pela sua própria inacessibilidade e exemplaridade. Mas esta não é a única analogia que existe entre a «figura Caeiro» e a do pai de Pessoa. Mais estranho é verificar que ambos morreram jovens e, coincidência, *tuberculosos*. Mortos *realmente*? Toda a poesia é luta contra a morte, mas a de Pessoa é-o eminente e obsessivamente. Esse pai, sem o qual ele *não é*, não pode ter sido pura e simplesmente reduzido à *inexistência*. Deve haver maneira de o pensar *vivo*, de o subtrair (e a nós com ele) à ausência impensável, deve haver uma *realidade-outra* ou uma *outra-realidade* diferente do que só nos é visível e acessível onde o impensável encontre resposta. Se a temática capital do ocultismo de Pessoa não se alimenta e não provém desta *quête du Père*, vê-se mal donde possa proceder e é lamentável que a maioria dos seus críticos por pseudo-exigência racionalista sem cabimento aqui tenham passado ao largo do que foi a questão e a preocupação quase única da vida (e da obra) de Pessoa, quites a descobrir-lhe a função e o humaníssimo papel que é o seu. Na verdade um pai não pode morrer, como Freud o mostrou, sem consequências para a vida do filho. O super-Ego que ele representou requer outras metamorfoses. No universo de Pessoa a sua forma indestrutível é justamente Caeiro «poeta sem norte» real e figura mítica dotada [...].

NOTAS

Ms. a tinta azul, com rasuras e emendas, em folhas grandes de papel verde, numeradas no canto superior direito de 1 a 7, dobradas ao meio e acusando uma exposição demorada à luz do sol (possivelmente guardado entre as páginas de um livro) dadas as manchas nas margens. Ms. não assinado e não datado, faltando algumas páginas. É possível que elas existam no acervo, avulsas em dossier diferente ou incorporadas em páginas de outro ensaio.

¹ Eduardo Lourenço deixou aqui um espaço em branco para acrescentar posteriormente os dados que faltam. É possível que a citação seja retirada de: Luciana Stegagno Picchio, «Pessoa, uno e quattro», *Strumenti Critici, Rivista quadrimestrale di cultura e critica letteraria*, A. I, fasc. 4, Out. 1967, pp. 377-401.